

MODALIDADE E ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS EM ARTIGOS DE OPINIÃO NO BRASIL E EM PORTUGAL

MODALITY AND ARGUMENTATIVE STRATEGIES IN OPINION ARTICLES IN BRAZIL AND IN PORTUGAL

Camila Marques Peixoto¹

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar as estratégias de modalização e os valores modais em dez artigos de opinião de jornais brasileiros e portugueses. A abordagem teórico-metodológica adotada foi a da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, de Culioli (1971). Para esse quadro teórico, modalidade corresponde ao resultado da localização abstrata da relação predicativa em relação ao parâmetro sujeito da enunciação, identificado por S0. Trabalhamos, especificamente, com a sistematização proposta por Campos & Xavier (1991) e Campos (2004), que, na seqüência da proposta de Culioli, apresentam a definição dos valores modais em diferentes graus e tipos, a saber: *modalidade epistêmica*, *modalidade apreciativa* e *modalidade intersujeitos (deôntica)*. Nos artigos, fizemos um recorte, seguindo a proposta de Neves (2006), no que se refere aos movimentos discursivos do artigo de opinião, e, dentro da contextualização, encontramos a predominância de ocorrências de *modalidade epistêmica* e *modalidades apreciativas*, tanto nos artigos brasileiros, quanto nos artigos portugueses. Diferente dos resultados de Neves, percebemos que, desde a contextualização, o enunciador inicia o seu processo argumentativo, quando situa o coenunciador em relação ao tema tratado, de maneira a evidenciar o que defenderá como tese, não havendo, assim, fronteiras entre movimentos discursivos relacionados à contextualização e à argumentação.

PALAVRAS-CHAVE: modalidade; argumentação; movimentos discursivos; artigo de opinião.

ABSTRACT: This article aims at analyzing modality strategies and modal values in ten opinion articles written in Brazilian and Portuguese newspapers. The theory of Predicative and Enunciative Operations of the French author Antoine Culioli was adopted in this article as the theoretical and methodological framework. For this theoretical approach, modality corresponds to the result of the abstract location of the predicative relation (or proposition) with respect to the parameter subject of the enunciation, identified by S0. We worked specifically with the systematization proposed by Campos & Xavier (1991) and Campos (2004), who, in the sequence proposed by Culioli, present the definition of modal values in different degrees and types, such as: epistemic modality, appreciative modality and inter-subject modality (deontic, in CAMPOS, 2004). In the articles, a delimitation was done according to the proposal of Neves (2006) referring to the discursive moments of the opinion articles, and in this contextualization, we found a large number of occurrences of the epistemic and appreciative modalities in the Brazilian and in the Portuguese articles. Differently from Neves's results, we verified that, since the contextualization, the utterer initiates his/her argumentative process when situating the co-utterer with regard to the discussed topic, in a way to evince what to defend as a thesis. Thus, there are no borders among discursive movements related to contextualization and argumentation.

KEYWORDS: modalization; argumentation; discursive movements; opinion articles.

INTRODUÇÃO

Assumimos, aqui, alguns pressupostos do quadro teórico da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, de Culioli (1971), Campos & Xavier (1991) e Campos (2004) com relação aos estudos da **modalidade**, inscritas nos enunciados. Dentro dessa

¹ Universidade Federal do Ceará. CAPES. E-mail: camilammpeixoto@yahoo.com.br

perspectiva, diferente de Campos & Xavier (1991) e Campos (2004), achamos mais produtivo não estabelecemos distinções entre **modalidade** e **modalização**. Na verdade, para os estudos que assumem a perspectiva culiolina de análise, **modalidade** é uma categoria sinônima de “modo”, que se apresenta geralmente associada ao verbo. Assim, todo enunciado é produto de um encadeamento de operações de localização, sendo os parâmetros enunciativos sujeito e espaço-tempo da enunciação, simultaneamente, termos localizados e termos localizadores. **Modalização**, por sua vez, para os funcionalistas, por exemplo, está associada às relações estabelecidas pelo enunciador que modificam uma determinada predicação. Nesse sentido, **modalização** é uma noção mais ampla, que vai abrigar as diversas modalidades.

A noção de **modalidade** tem sido objeto de estudo dos mais variados enfoques teóricos ao longo do tempo. Esses vários olhares conferem à categoria **modalidade** um caráter multidisciplinar, tendo sido foco da Lógica e, posteriormente, a Semiótica e a Linguística. O estudo da modalidade não é recente, na verdade, desde Aristóteles, com a sua teoria lógica das modalidades, que o tema é estudado pelo homem, não havendo, até hoje (principalmente hoje), uma noção unificada de **modalidade**, na medida em que a heterogeneidade nos dados observáveis e divergências no estudo dificulta qualquer consenso com relação a noção de modalidade.

Considerado como basilar para o estudo da **modalidade**, os estudos pioneiros de Charles Bally ainda hoje são obrigatórios para compreendermos os percursos traçados para o estudo da modalidade. Em suas reflexões, Bally nos diz que a **função lógica da modalidade** é manifestar a reação do sujeito pensante a uma representação.

Também salientamos o estudo da teoria semântica realizado por Weinrich (1977 apud NEVES 2006) e os estudos sobre a lógica da linguagem, particularmente empreendidos por Pottier (2000); destacamos ainda os trabalhos que dão ênfase a questões ligadas à subjetividade na linguagem, especificamente os estudos de Benveniste (2006), na sua teoria da enunciação e, chamamos atenção, mais particularmente, aos estudos enunciativos, com base nas operações subjacentes à construção do enunciado, sob a ótica de Culioli (1971) e os posteriores trabalhos de Campos e Xavier (1991) e Campos (1998, 2004).

A complexidade do tema levanta principalmente dois problemas. O primeiro refere-se à própria avaliação da existência ou não de modalidade em enunciados sem marcas de modalização explícita e detectável linguisticamente. O segundo refere-se ao difícil estabelecimento de fronteiras entre Lógica e Lingüística, no que concerne ao estudo da

modalidade. Na verdade, como o tema tem bases na lógica aristotélica das modalidades, o estudo da categoria em Linguística passa a ser herdeiro direto dessa tradição clássica, o que implica uma supervalorização do valor da asserção (NEVES, 2006). Essa herança irá se manifestar em muitas perspectivas teóricas que se interessam pelo estudo da *modalidade*, sendo essa herança questionada no que se distingue ao ponto de vista da teoria enunciativa culioliana, uma vez que, dentro desta perspectiva, os textos são constituídos por um conjunto de valores modais e não apenas pelo valor da asserção.

Apesar de não ignorar a pouca transparência dos estudos sobre a modalidade na linguagem, nosso objetivo, neste artigo, não será fazer uma revisão crítica e nem uma problematização das diversas perspectivas teóricas que tratam do tema, mas, optamos por nos enquadrar, como já foi mencionado, em alguns pressupostos, que embasam a descrição lingüística, da teoria das Operações Predicativas e Enunciativas culioliana, trabalhando, especificamente, com a sistematização proposta por Campos e Xavier (1991) e Campos (1998, 2001, 2004).

Neste trabalho, para a investigação dos diferentes valores modais expressos em artigos de opinião escritos em jornais do Brasil e de Portugal, optamos pela categorização de modalidade assumida por Campos (2004) e por Campos & Xavier (2001). Para isto, recolhemos dez artigos de opinião², escolhidos de forma aleatória e datados do ano de 2010, cinco do jornal 'Diário de Notícias', em Portugal, e cinco do jornal 'O Povo', no Brasil. Optamos por trabalhar com apenas dois colonistas, Baptista-Bastos, escritor do 'Diário de Notícias'; e Adisia Sá, escritora de 'O Povo'.

Para a segmentação dos artigos, assumimos a proposta de Neves (2006), que trabalha com a análise da modalidade em artigos de opinião e que identificou três movimentos discursivos nesses gêneros (contextualização, argumentação e ilação/solução). Analisamos, no corpo do artigo, por uma questão de espaço, apenas exemplos do primeiro movimento discursivo, ou seja, a contextualização. No entanto, na sistematização que procedemos no final do trabalho, consideramos os artigos de opinião completos.

No decorrer deste trabalho, falamos de maneira breve sobre o referencial teórico-metodológico que sustenta nossas análises; analisamos a contextualização dos artigos de opinião selecionados; sistematizamos os dados e fechamos o artigo com uma

² Não temos o interesse, neste trabalho, de caracterizar o gênero artigo de opinião. Nosso interesse é estudarmos os diferentes usos dos valores modais presentes nos textos analisados. Mas acabamos por dar algumas pistas das características configuracionais do gênero trabalhado.

problematização da importância dos modalizadores para a construção da argumentação proposta nos textos, sendo esses modalizadores pistas importantes para reconstrução dos sentidos do texto.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A noção semântico-enunciativa de modalidade

Iniciamos mostrando, de forma breve, a definição de *modalidade*, em termos enunciativos, ou como se constrói a modalidade no quadro teórico com o qual estamos trabalhando, comparando-a a uma visão clássica da categoria. Para isso, mostramos a visão de Charles Bally, citada em Dubois (1973, apud CAMPOS, 2004). Para Bally, há uma diferença entre '*dictum*', ou seja, o componente proposicional (P), constituído de sujeito + predicado e '*modalidade*' (operação para indicar aquilo que se pensa). Para este autor, a frase em que a modalidade está explicitada marcada tem dois constituintes: o '*dictum*', que corresponde a uma representação, e o '*modus*', expressão da *modalidade*, que é complementar ao '*dictum*'. A *modalidade* marca, portanto, não a relação entre enunciador e enunciado, mas, citando ainda Bally, a "reação a uma representação" (NEVES, 2006).

Diferente da abordagem de Bally, de acordo com a proposta da Teoria Formal Enunciativa de Culioli, Espaço-tempo (T) e sujeito (S) são parâmetros enunciativos de natureza abstrata, decorrem de uma necessidade teórica, pelo que não correspondem a dados fenomenológicos, isto é, a um tempo ou a um sujeito historicamente determinados, participantes do universo extralinguístico (VALENTIN, 2004). Estes primitivos teóricos constituem, conjuntamente, a situação de enunciação (Sit), parâmetro também de natureza teórica e abstrata. Dentro dessa perspectiva, "todo enunciado é produto de um encadeamento de operações de localização, sendo os parâmetros enunciativos sujeito e espaço-tempo da enunciação, simultaneamente, termos localizados e termos localizadores" (VALENTIN, 2004, p.122). Nesse sentido, o sujeito enunciador é um parâmetro que incide sobre a relação predicativa, assim como o aspecto e o tempo gramatical.

Para Culioli (1971) *modalidade*, ou valor modal de um enunciado, corresponde ao resultado da localização da relação predicativa em relação ao parâmetro S0, sujeito da

enunciação. Modalidade é uma “categoria gramatical que representa as diferentes atitudes do locutor em relação a um conteúdo proposicional e ao seu interlocutor. A modalidade linguística gramaticaliza a localização de um conteúdo proposicional em relação a um enunciador-locutor, que é, assim, um sujeito modal” (CAMPOS, 2004, p.266).

Essa operação vai caracterizar, portanto, o ponto de vista do sujeito enunciador sobre aquilo que enuncia, assumindo o conhecimento construído ou se distanciando dele, dependendo do valor modal que vai atribuir. É importante, assim, destacar que sempre que assume uma relação predicativa o enunciador atribui valor modal, ou modaliza, um enunciado. Dessa forma, para Culioli, nas palavras de Campos e Xavier:

a modalização é uma operação enunciativa da asserção em sentido lato e constrói valores modais de que a asserção estrita, positiva ou negativa, é um dos valores possíveis, em alternativas com a interrogação, a ordem, a dúvida, etc. (CAMPOS, 1998, p.23-24).

Outro pressuposto importante com relação à categoria *modalidade* é de esta categoria opera sempre em dois planos: a relação do enunciador com o conteúdo que ele diz e a relação do enunciador com o coenunciador.

Culioli considera quatro tipos de *modalidade*: a modalidade tipo 1, com a asserção, a interrogação, a injunção; a modalidade tipo 2, marcada no domínio do provável, o plausível, o possível, o eventual; a modalidade tipo 3 ou modalidade apreciativa, que corresponde ao que se designa por factividade e, finalmente, a modalidade tipo 4 ou modalidade intersubjetiva, correspondendo a valores deônticos do domínio do querer, da permissão, definindo uma relação entre dois sujeitos (CAMPOS, 2004).

A partir dos tipos de modalidade propostos por Culioli, em Campos e Xavier (1991), e, mais desenvolvidamente, Campos (2001, 2004), é feita uma simplificação dos tipos de modalidades, a saber: *modalidade epistêmica*, *modalidade apreciativa* e *modalidade intersujeitos*. À introdução do conceito de escala de valores assertivos realizado por Campos & Xavier (1991), associam-se, exatamente, as modalidades que Culioli propõe de tipo 1 e de tipo 2, num mesmo domínio de modalidade, designada *modalidade epistêmica*, por estar em causa, na construção deste valor modal, a expressão do grau do conhecimento do sujeito enunciador em relação ao conteúdo da relação predicativa. (VALENTIN, 2004)

A **Modalidade Epistêmica** é a categoria gramatical que marca o conhecimento que o Sujeito Enunciador possui em relação a um dado estado de coisas construído. Nesse tipo de modalidade, constroem-se enunciados com valor de asserção estrita positiva, de asserção estrita negativa ou de asserção nula. Portanto, os valores *modais epistêmicos* possuem diferentes graus. De acordo com essa proposta, os enunciados podem exprimir a atitude do enunciador em relação à validação ou não validação da relação predicativa. Nesse tipo de modalidade, constata-se, positiva ou negativamente, a existência de um determinado estado de coisas.

A construção de uma distância maior ou menor em relação à validação ou não-validação da relação predicativa correspondem vários graus que se distribuem sobre a escala de valores assertivos. Entre o pólo positivo da escala de valores assertivos – correspondente ao certo, grau máximo da assunção da relação predicativa modalizada, valor de asserção estrita – e o pólo negativo – correspondente ao incerto, grau mínimo de asserção da relação predicativa, valor de não-exclusão – há uma sucessão de pontos de valor não certo, resultante de um juízo que se funda sobre um conhecimento indireto, um conhecimento construído com base na interpretação de indícios. Esse juízo que se funda no conhecimento indireto do enunciador, segundo Campos (1998), tem o valor de *suputação*.

Os enunciados com valor **apreciativo** constroem um juízo de valor, de apreciação, sobre uma relação predicativa já construída e validada ou validável. Esse valor pode, portanto, ocorrer ou não, dependendo da relação que é construída entre enunciador e enunciado. Existem duas formas de construção de valor modal apreciativo na teoria semântico-enunciativa, a saber: 1. incidir a modalização sobre um valor assertivo construído na mesma relação predicativa, ou 2. validar uma relação predicativa construída numa outra enunciação, com a utilização de uma estrutura impessoal do tipo *foi bom que, é bom que* etc.

Segundo Bally (1944, apud CAMPOS, 2004, p.271),

o valor apreciativo corresponde à apreciação sobre um estado de coisas como desejável ou indesejável. Em T0, tempo da enunciação, o sujeito modal emite um juízo intelectual ou emotivo, positivo ou negativo, sobre um fato, um estado de coisas que é do conhecimento dos participantes da enunciação.

Assim, para Campos (idem), a *modalidade apreciativa* aproxima-se da *epistêmica* na medida em que ambas são, metalinguisticamente, exteriores à relação predicativa

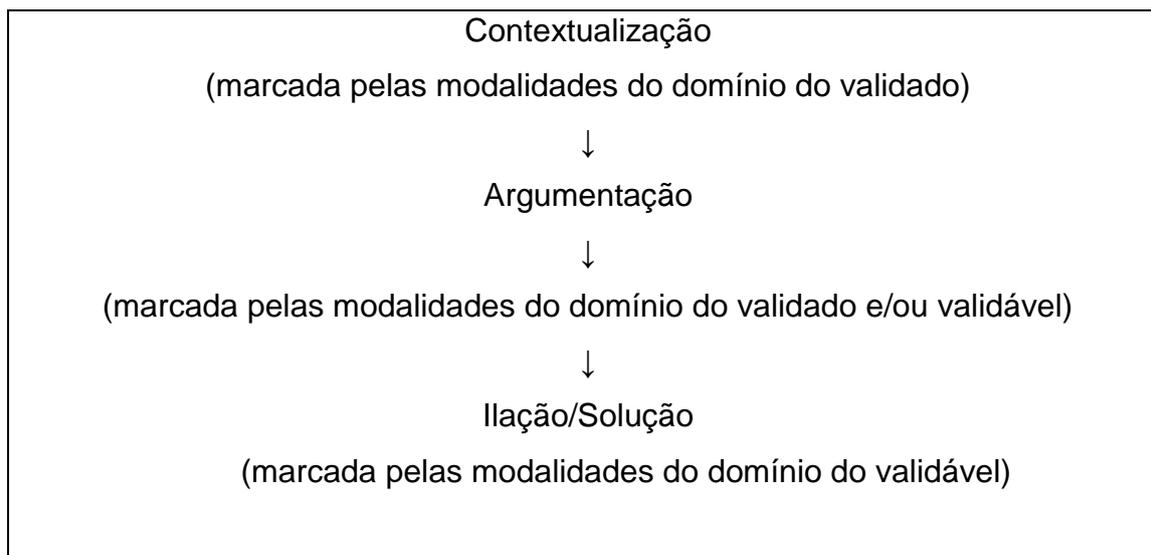
modalizada. Mas, por outro lado, são distintas por construírem um valor estritamente qualitativo, a modalidade apreciativa distingue-se da *epistêmica*, por avaliar um *pré-construído*, isto é, uma asserção construída numa asserção distinta da enunciação em curso.

O terceiro tipo de modalidade, **intersubjectiva**, se caracteriza por marcar uma relação entre o sujeito enunciador e o co-enunciador, permitindo ao primeiro agir sobre o segundo através das suas realizações linguísticas, levando-o a fazer um determinado processo contido na predicação. Esse valor encontra-se em enunciados que exprimem ordens, pedidos, desejos, permissões, entre outros. Seguindo a proposta da autora, a modalidade *intersujeitos* corresponde a uma relação *interagentiva* entre o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado. De acordo com esta definição, podemos dizer que o modo verbal imperativo é também marcador de modalidade intersujeitos, a par de verbos, como: *dever, poder, ter de...* (exemplos: *Deves ser alto, deves ser cuidadoso*, retirados de CAMPOS, 1991: 343)

O enunciador constrói como 'validável' uma relação predicativa localizada num espaço-temporal, posterior ao tempo do juízo modal. Esse valor modal permite abranger valores como a interrogação em que o enunciador remete para o coenunciador a validação da relação predicativa por ele construída

Modalidade e movimentos discursivos em artigos de opinião

Também incorporamos às nossas análises a sistematização proposta por Neves (2006), com relação ao movimento dos diferentes mecanismos modais em artigos de opinião. Para a autora, esses textos apresentam dois macroplanos modais: o **plano do validado** e **plano do validável**, tendo o artigo de opinião três movimentos básicos discursivos, que podem ser sistematizados no esquema abaixo.



Fonte: Sistematização retirada de Neves (2006)

Como podemos verificar, os três movimentos básicos discursivos são do domínio do validado e do validável. Assim, na contextualização, que é marcada pelas modalidades do domínio do validado, os enunciados estão no âmbito do constatado, assumido e/ou apreciado, pelo autor do artigo. Segundo Neves (*idem*), são, principalmente, os enunciados, constituintes do primeiro movimento discursivo, que contextualizam o leitor no conhecimento que vai ser avaliado, contestado, contra-argumentado, enfatizado etc. No domínio do validado, as validações das relações predicativas são construídas, principalmente, por meio das ‘asserções’ ou das ‘apreciações’, ou seja, com os diferentes valores epistêmico-assertivos ou epistêmico-apreciativos.

Diferente de Neves, verificamos, através de nossos dados³, que desde a contextualização, o enunciador já inicia o processo de argumentação, através, principalmente, do uso de *modalizadores apreciativos*.

Já no plano do validável, constroem-se enunciados em que o enunciador propõe a solução para o problema apresentado que se caracterizou a partir da explicitação da polêmica, podendo indicar uma mudança no comportamento criticado ou aconselhar uma maior reflexão sobre o tema.

Utilizamos o quadro acima para orientar nosso olhar, quanto aos movimentos discursivos que o enunciador do artigo de opinião empreende em seu texto. Estes movimentos têm o objetivo de orientar a leitura do coenunciador, através das marcas lingüísticas que são manifestadas no texto. O quadro também nos auxilia na segmentação dos artigos de opinião. Optamos por trabalhar, devido a uma questão de espaço no corpo

³ Verificamos essa afirmação, no próximo tópico, destinado à análise dos artigos.

do artigo, apenas com a primeira parte dos artigos de opinião, ou seja, a contextualização, que é o primeiro movimento discursivo do artigo de opinião, no plano do validado. Mas na sistematização dos dados, levamos em conta todos os movimentos propostos por Neves (idem). Nesse sentido, iremos aprofundar, principalmente, o valor modal *epistêmico* e o *apreciativo*, que são as modalizações que aparecem nesse primeiro movimento discursivo dos textos analisados.

VALORES MODAIS NA CONTEXTUALIZAÇÃO DE ARTIGOS DE OPINIÃO BRASILEIROS E PORTUGUESES

Nesta parte do trabalho, verificamos os diferentes valores modais encontrados nos artigos de opinião analisados, tendo em conta o quadro teórico anteriormente traçado. (CAMPOS e XAVIER, 1991); (CAMPOS, 1998, 2001, 2004) e (NEVES, 2006). Vale lembrarmos que assumimos a perspectiva de que, como é assumido em Culioli, o coenunciador integra a construção dos valores referenciais de um texto, se pensarmos que o enunciador, à medida que vai produzindo o seu texto, vai igualmente adequando os valores que ele constrói à construção da significação que ele próprio antecipa.

Verificamos, a partir das observações realizadas no trabalho de Neves (2006), que existem, nos artigos de opinião, dois macroplanos modais: o **plano do validado** e o **plano do validável**. No primeiro, temos os enunciados no âmbito do constatado, assumido e/ou apreciado (nos moldes da *modalidade apreciativa*), pelo autor do artigo. São, principalmente, os enunciados que informam o leitor sobre o tema que vai ser tratado, ou seja, contestado, contra-argumentado, enfatizado, explicado etc. Esse domínio corresponde, assim, a um juízo de valor através do qual o enunciador (S0) constata a existência de um estado de coisas, e, para tal, constrói para o coenunciador (o leitor) uma contextualização da polémica sobre a qual será emitida a opinião.

No *plano do validado*, encontramos enunciados que compartilham das características da construção da 'contextualização' feita pelo autor do artigo de opinião, para que o seu leitor conheça/compreenda o assunto ou tema de que ele vai tratar.

O segmento abaixo introduz o artigo de opinião, que tem como título *Sou filha do Dnocs*⁴, e que foi escrito na semana de comemoração dos 100 anos da instituição. Inicialmente, introduz ou contextualiza o que é o drama da seca no nordeste, bem como o papel do Dnocs no combate à seca, estando esse trecho dentro do validado.

Texto 1:

Só sabe o que **é** a seca, quem **viveu** o seu drama em plena vigência da estiagem. Nós nordestinos, das velha e média gerações de cearenses, **sabemos muito bem** o que seja. Não apenas pela ótica de nossos escritores e todos conscientes da tragédia, muitos a vivenciando - como famílias, como a minha, sobreviventes graças à ação do Governo central, na atuação do Dnocs. Sou da geração da Inspetoria, placenta do que hoje se comemora centenariamente falando.

A seca de 32 **marcou** a minha família **diretamente**. Moradores de Cariré e minha terra natal - fomos tangidos para Sobral no infernal flagelo. Mas, não **fora** o Dnocs, não **estaria** eu contando esta história.

Fragmento do artigo de Adisia Sá, do jornal *O Povo*. Grifo nosso.

No enunciado: **Só sabe** o que **é** a seca, quem **viveu** o seu drama em plena vigência da estiagem, podemos assumir a seguinte fórmula: só sabe x quem viveu Y, em que o advérbio só modifica o verbo SABER, que, neste caso, tem *valor epistêmico*, validando a relação predicativa e colocando-a no pólo positivo da escala de valores assertivos – correspondente ao certo, grau máximo da assunção da relação predicativa modalizada, valor de asserção estrita. Ao mesmo tempo, o advérbio só também desencadeia uma asserção implícita negativa, que pode ser explicitada na seguinte fórmula:

⁴ A sigla significa: Departamento Nacional de Obras Contra a Seca. O DNOCS é o órgão que gerencia as questões relacionadas aos mananciais de água, especificamente os açudes. Atualmente, ele tem suas funções bastante restringidas. É um órgão que tem uma fragilidade estrutural muito grande.

Não sabe o que é x

Quem não viveu y

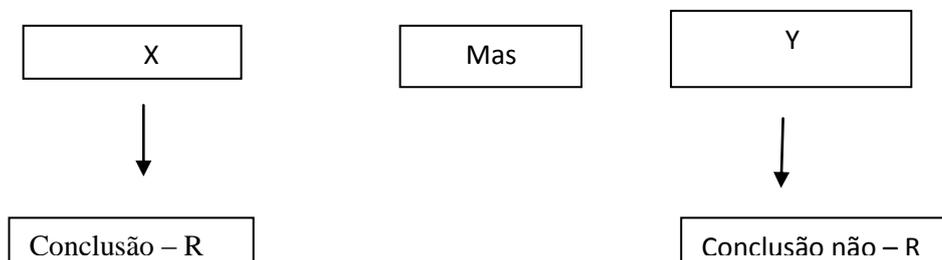
A localização temporal do enunciado, que é marcada pelo verbo SABER no presente do indicativo, com valor habitual, em *Só **sabe...*** é traçada como simultânea a T0, momento da enunciação, e é depois colocada como anterior a T0 em *...quem **viveu** o seu drama em plena vigência da estiagem*, em que o PPS remete para processos localizados e constituídos num tempo T1 anterior a T0 e localizado em relação a T3 que é expresso por *em plena vigência da estiagem*⁵. Nesse sentido, a oração principal (*só sabe...*) é validada e situada pela oração subordinada (*quem viveu...*), que tem função de sujeito.

O verbo SABER, em *Nós nordestinos, das velha e média gerações de cearenses, **sabemos muito bem** o que seja*, é não transitório. Com efeito, não há construção de qualquer fronteira, inicial ou final, do processo aqui considerado no seu desenrolar, de que é marca o presente. O verbo SABER, neste caso, tem *valor epistêmico* e é reforçado pelo modificador *muito bem*, que coloca a relação predicativa no pólo positivo da escala de valores assertivos, dando ao enunciado um alto grau de certeza.

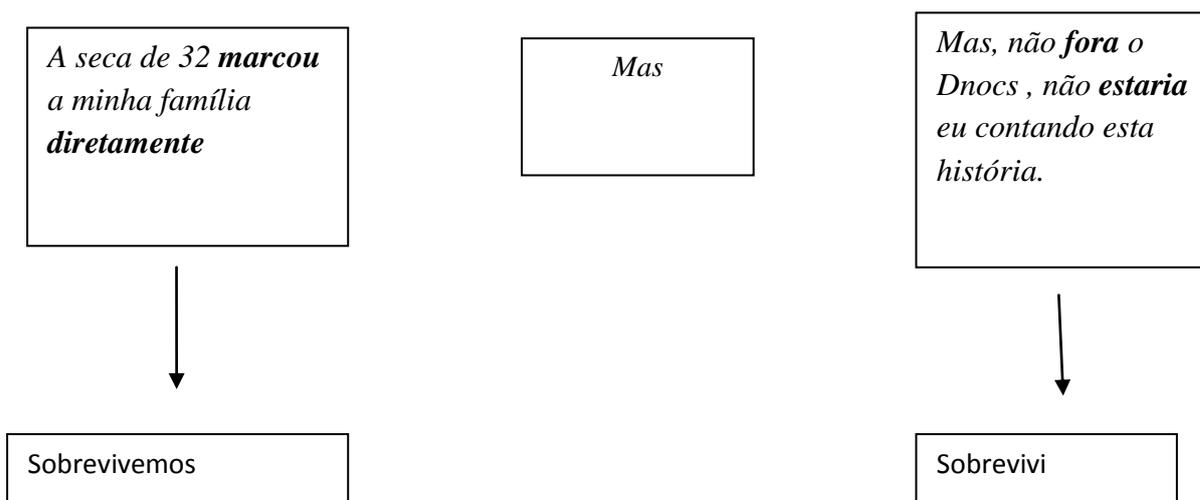
Ainda dentro do movimento discursivo da contextualização, o enunciador introduz o impacto da seca em sua própria família, assim dá mais força argumentativa na defesa de sua tese de que o Dnocs foi um órgão imprescindível para os que viveram o flagelo da seca. O enunciador marca esse impacto, no texto, através do enunciado *A seca de 32 **marcou** a minha família **diretamente***, que é enunciado com valor *modal epistêmico*, que valida a relação predicativa no pólo positivo da escala de valores assertivos. O verbo MARCAR, no pretérito perfeito, tem relação de anterioridade em relação a *Sit0*⁶. Este enunciado é articulado ao enunciado *Mas, não **fora** o Dnocs, não **estaria** eu contando esta história*. O articulador *mas*, que introduz o enunciado em análise, deveria antecipar uma conclusão diferente da que poderíamos encontrar na oração que se articula (*A seca de 32 **marcou** a minha família **diretamente***), como explica a fórmula abaixo:

⁵ A relação predicativa, em *...quem viveu o seu drama em plena vigência da estiagem*, será representada por um intervalo fechado, uma vez que incluem as fronteiras inicial e final.

⁶ O enunciado é representado por um intervalo fechado, uma vez que incluem as fronteiras inicial e final



Na verdade, nos enunciados em análise, não há a ocorrência dessa fórmula, uma vez que as conclusões dos dois enunciados vão na mesma direção argumentativa. Como ilustra o esquema abaixo:



Dessa maneira, consideramos que o operador lógico argumentativo *mas* marca uma ruptura em relação ao domínio do certo, contido no primeiro enunciado. O segundo enunciado tem um valor modal epistêmico de *suputação*⁷, marcado pelos verbos IR no pretérito mais que perfeito e o ESTAR no futuro do pretérito, que conferem ao enunciado um caráter hipotético, no domínio do quase certo.

⁷ Na *suputação*, o enunciador não dispõe de um conhecimento que lhe permita validar (ou não) a relação predicativa, mas tem outros conhecimentos, que ele interpreta como indícios nos quais se baseia para construir um valor modal quase certo, próximo da assertiva estrita. (CAMPOS, 1998)

Analisemos agora o texto 2, intitulado *Político não diz não*. Recortamos a primeira parte, que corresponde à contextualização do artigo de opinião.

Texto 2

Segmento 1, do texto 2.

Quando eu **penso** que o político cearense **está** maduro para enfrentar o mundo que o cerca – a Política – **testemunho** certos atos, gestos e pronunciamentos que me **levam** a uma lamentável constatação: **de Política o político cearense não sabe nada de coisa alguma**. E mais: não **passou** os olhos, mesmo rapidamente, pela obra fundamental para quem se diz pertencer ao mundo da política - O Príncipe, de Maquiavel.

Luizianne, num de seus arroubos oratórios, **bradou** alto e bom tom que **jamais faria** acordo com o PSDB. O **seu** partido e os aliados jamais **comerão** do e no mesmo prato dos tucanos. Não **direi** que **a Prefeita é** ingênua: talvez poucas figuras políticas de nosso Estado **sejam** tão ágeis e maduras, quanto Luizianne. Sucede que o fogo da paixão **leva** a pessoa, algumas vezes, **a dizer e a fazer** o que não deve.

Fragmento do artigo de Adisia Sá, do jornal *O Povo*. Grifo nosso.

O fragmento acima do texto 2 introduz a contextualização da temática do texto, que é a pouca constância dos políticos cearenses. Este fragmento é do domínio do validado. O texto é introduzido por um *modalizador epistêmico*, em **Quando eu penso...**, que exprime a atitude do enunciador em relação à validação da relação predicativa.

Segundo Campos e Xavier (1991), a modalização marcada pelo verbo de opinião (*achar, pensar etc*) permite não excluir um valor modal em que o grau de asserção é menor, por ser baseado em dados diferentes daqueles de que ele próprio, enunciador, dispõe. No nosso caso, a relação de temporalidade entre a subordinada e a oração principal, respectivamente, em: **Quando eu penso (...)** e **testemunho** reforça a modificação da atitude do enunciador em relação ao grau de certeza. Assim a oração subordinada **Quando eu penso...**, marca a incerteza do enunciador em afirmar que o político cearense estava maduro, mas acaba por testemunhar *certos atos, gestos e*

pronunciamentos que o fazem chegar a um grau de certeza de que o político cearense não está maduro. Podemos sintetizar esse enunciado complexo da seguinte forma:

Quando penso X

Testemunho Y

Verificamos também que semanticamente os verbos PENSAR e TESTEMUNHAR reforçam a gradação entre os dois enunciados do *domínio do não certo* para o *certo*. A oração subordinada, *Quando eu penso...*, antecipa uma conclusão negativa e situa a oração principal, *testemunho...* (qual seria?)

No segmento de texto, que é introduzido por *Luizianne, num de seus arroubos oratórios, **bradou** alto e bom tom que **jamais faria** acordo com o PSDB*, o enunciador introduz a tese que irá defender no texto, de que político não pode dizer jamais.

Neste segmento, o enunciador reforça a sua tese, através da fala da prefeita, no enunciado Luizianne Luis, que ***bradou** alto e bom tom, que **jamais faria** acordo com o PSDB*, através de um *modal epistêmico* do domínio do *não-certo*. No enunciado, o sujeito enunciador se distancia da validação/ não-validação da relação predicativa, construindo, noutro tempo (T1), uma nova origem enunciativa, um novo Sit (Sit1) cuja coordenada subjetiva (S1), lexicalmente expressa (Luizianne) e, portanto, referencialmente distinta de S0. Segundo Campos (2001), a construção explícita de um outro enunciador (S1), cuja localização em relação ao enunciador origem (S0), tem o valor de ruptura, correspondente a uma situação de enunciação relatada.

No exemplo acima, a responsabilidade enunciativa é atribuída à Luizianne Luis. O enunciador não se responsabiliza pelo que é dito, mas atribui responsabilidade ao sujeito do enunciado. O adverbial *jamais* e os verbos FAZER, no futuro do pretérito, e o COMER, no futuro do presente, marcam valores epistêmicos de asserção estrita negativa. Nesse sentido, o enunciado, *Luizianne, num de seus arroubos oratórios, **bradou** alto e bom tom que **jamais faria** acordo com o PSDB*, tem valor *modal epistêmico*, asserções estrita negativa no *domínio do certo*.

O segmento de texto, no quadro abaixo, tem relação com a contextualização. Ele começa a introduzir a argumentação do texto que, segundo Neves (2006), faz parte do segundo movimento discursivo do artigo de opinião. Optamos por fazer análise desse segmento, mesmo não fazendo parte da contextualização, por considerarmos que a

mudança de valores modais do segmento de texto que é atribuído ao sujeito do enunciado (Luizianne Lins) e do segmento de texto que é assumido pelo enunciador estão intrinsecamente associados.

Segmento 2, do texto 2.

Político não **diz** não, **jamais**. A **política** é movediça e nem sempre o político **tem** a seu alcance um instrumento para sair das areias.

Fragmento do artigo de Adisia Sá, do jornal *O Povo*. Grifo nosso.

Este segmento se contrapõe à afirmação atribuída ao sujeito do enunciado (Luizianne Luis), que validou a impossibilidade de fazer uma aliança com o PSDB, colocando essa afirmação no domínio do certo. A contraposição acontece, através da tese, defendida no texto, de que **Político não diz não, jamais**, sendo uma asserção estrita negativa, com valor modal, ao mesmo tempo, *epistêmica e deôntica* (intersujeitos na classificação de Campos & Xavier, 2001; Campos, 2001). O enunciado está no plano do validável porque é ainda uma possibilidade de realização, há nesse plano o desejo de construção de um estado de coisas sob a forma de uma necessidade ou de uma obrigação (nos termos da *modalidade deôntica*).

Temos, nesse segmento de texto, dois enunciados com valores genéricos (LOPES, 1993), é o caso, por exemplo, do enunciado **Político não diz não, jamais**, em que o SN **político** remete para a classe dos políticos. O enunciado também encerra um valor normativo, na medida em que veicula uma regra de ordem comportamental. O operador *modal deôntico* cria um contexto intensional que legitima uma interpretação genérica do SN, *político*. Verificamos que o enunciador manifesta o seu ponto de vista através da modalização *deôntica (intersujeitos)*, manifestando, ao mesmo tempo uma obrigação e uma apreciação. Na verdade, segundo Lopes (1993), as frases genéricas são recorrentemente utilizadas na argumentação, para garantir ou justificar a transição das premissas para as conclusões. Estas frases também são reconhecidas como verdades independentes do tempo ou da circunstância.

Vejamos agora a análise do texto 3, intitulado, *A herança*, que trata da passagem do 30.º aniversário de morte de Francisco Sá Carneiro.

Texto 3

Segmento 1, do texto 3.

A passagem do 30.^o aniversário da morte de Francisco Sá Carneiro **determinou** uma volumosa série de artigos, livros, documentários, depoimentos, notas, observações(...). E a insistência no adensar do mistério de Camarate, que uns dizem ser acidente, e, outros, atentado. **Sou favorável** à reabertura de todos os inquéritos e investigações. O carácter **dubitativo** em que a questão assenta **impede** qualquer tropo de verdade que sossegue os espíritos mais sobressaltados.

A **verdade é que** Sá Carneiro não **era** consensual, tanto no País como no partido que fundara(...). **Arrebatado, autoritário, impositivo, impulsivo e, diz** quem o conheceu, um ser **despótico** que não ocultava a irritação quando contrariado. **Possuía uma ideia de Portugal e um projecto inovador e socialmente equilibrado e justo para o País?** Os seus textos não são concludentes (...)

Fragmento do artigo de Baptista-Bastos, do jornal Diário de Notícias. Grifo nosso.

A primeira parte do texto 3 introduz a contextualização da temática que é abordada no texto. Nesta primeira parte, o enunciador situa o co-enunciador com relação à polémica envolvida no mistério de Camarate. A polémica é re-acendida devido ao 30.^o aniversário da morte de Francisco Sá Carneiro. O enunciador introduz o tema através de uma asserção estrita positiva, no domínio do validado, no segmento: *A passagem do 30.^o aniversário da morte de Francisco Sá Carneiro **determinou** uma volumosa série de artigos, livros, documentários, depoimentos, notas, observações*, em que a asserção estrita positiva está no domínio do certo.

O enunciador marca o seu posicionamento e se inscreve no texto, através do uso da primeira pessoa do singular do verbo SER e do uso do modalizador apreciativo *favorável* e o uso do adjetivo *dubitativo*, respectivamente nos enunciados: **Sou favorável** à

*reabertura de todos os inquéritos e investigações e O carácter **dubiativo** em que a questão assenta impede qualquer tropo de verdade que sossegue os espíritos mais sobressaltados.*

Ainda na análise do texto 3, temos o início da argumentação no domínio do validável. Na argumentação, o enunciador evoca um valor modal ao mesmo tempo *epistêmico* e *apreciativo* para validar a sua tese, em *A **verdade** é que Sá Carneiro não era consensual, tanto no País como no partido que fundara*. Essa validação é realizada através de uma *modalização epistêmica* e de uma *modalização apreciativa*, em que o grau de conhecimento sobre o que é enunciado e a avaliação do enunciador é explicitada, através do SN, *A verdade*, sujeito da oração principal, que é ligada à oração subordinada através do atualizador *que*. Ainda nesse fragmento do texto, o enunciador continua a reforçar a sua tese de que Sá Carneiro não era uma figura consensual. Reforça esse ponto de vista, através dos adjetivos, *Arrebatado, autoritário, impositivo, impulsivo*, que caracterizam Sá Carneiro negativamente e que marcam um valor modal enunciativamente *apreciativo*. A apreciação do caráter de Sá Carneiro não é realizada pelo enunciador. Este não se responsabiliza pelo que é dito, mas evoca um outro (***diz** quem o conheceu*) criado no texto.

Ainda nesse fragmento, o enunciador introduz uma interrogativa retórica: *Possuía uma ideia de Portugal e um projecto inovador e socialmente equilibrado e justo para o País?* As interrogações integram o plano do validado, no nosso caso, se trata de interrogações retóricas, em que há, na verdade, a construção de asserções que figuram como organizadoras textuais. A interrogação retórica também se integra na modalidade intersujeitos, uma vez que tem como objetivo modificar a opinião do co-enunciador com relação ao tema tratado. Assim, *modalidade epistêmica* e *inter-sujeitos* – não se excluem mutuamente, já que os valores que estão em causa na interrogação se fundamentam igualmente no conhecimento que suporta a significação construída.

E uma maneira geral, quando analisamos os 10 artigos de opinião brasileiros e portugueses, não percebemos nenhuma diferenças entre as estratégias de modalização utilizadas pelos dois autores analisados. Também não encontramos nenhuma diferença com relação aos movimentos discursivos discutidos no trabalho, na verdade, percebemos, tanto no contexto do Brasil como de Portugal, a dificuldade em separar os movimento discursivo contextualização e argumentação, uma vez que desde os momentos iniciais do texto, o enunciador, necessariamente, já orienta argumentativamente o seu texto.

Nos artigos analisados, encontramos a predominância de ocorrências de *modalidade epistêmica* e *modalidades apreciativas*. Verificamos marcadores *modais epistêmicos*, de diferentes graus, em 30% das ocorrências e marcadores *modais apreciativos*, que são avaliadores das asserções, em 50% das ocorrências. Com relação ao valor *modal epistêmico*, verificamos que os diferentes graus das asserções, muitas vezes, só podem ser percebidos, dentro do movimento argumentativo traçado pelo enunciador. Na verdade, percebemos que o enunciador, muitas vezes usa como estratégia argumentativa a contraposição dos diferentes graus da *modalidade epistêmica*. Assim, mesmo na contextualização, no nível do validado, o enunciador já avalia e inicia o seu processo de argumentação. Nos artigos analisados, encontramos também marcadores modais intersujeitos, ou deônticos, em 20% das ocorrências, normalmente, esse valor modal aparece em enunciados que tem o valor, ao mesmo tempo, uma obrigação e uma apreciação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de dizermos algumas palavras finais, temos que ressaltar que este trabalho não tem pretensão de fazer uma descrição definitiva dos valores modais e nem de generalizar esses valores no gênero artigo de opinião, uma vez que analisamos poucos exemplares do gênero. Na verdade, as conclusões servem apenas como indícios enriquecer o debate e aponta perspectivas para o estudo articulado entre argumentação e modalidade.

Para analisar os valores modais em artigos de opinião, optamos pelos trabalhos de Culioli (1971) e pelos posteriores trabalhos de Campos e Xavier (1991) e Campos (1998, 2004), também adotamos o quadro teórico de descrição e explicação dos valores modais construídos no movimento discursivo, adotando a caracterização de Neves (2006). Na análise, verificamos que esse primeiro movimento é muito importante para a construção da argumentação que será reforçada posteriormente no movimento discursivo, chamado por Neves (idem) de argumentação, uma vez que situa o coenunciador com relação ao tema tratado e, ao mesmo tempo, nivela o conhecimento que o enunciador antecipa do coenunciador.

Observamos, como já foi dito, que já na contextualização o enunciador inicia o seu processo argumentativo, pois destaca, neste movimento discursivo, os elementos que irão

posteriormente compor a sua argumentação. Nesse sentido, a segmentação do texto nos três movimentos discursivos classificados por Neves (idem), apesar de nos ter sido bastante útil, parece, em alguns momentos, problemática. Tivemos dificuldade em classificar onde termina e começa a contextualização e a argumentação, uma vez que já na contextualização observamos uma forte marca do valor *modal apreciativo*, bem como a utilização das diferentes relações das asserções com relação ao grau como estratégia argumentativa.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, E. **Problemas de Lingüística Geral I**. 5ª. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

CAMPOS, M. H. C.; XAVIER, M. F. **Sintaxe e Semântica do Português**. Lisboa, Universidade Aberta, 1991.

_____. Pretérito perfeito simples/preérito perfeito Composto: uma oposição aspectual e temporal. In **Tempo, aspecto, modalidade**. Porto: Ponte editora, 1997.

_____. Para uma distinção formal entre operações de modalização: sobremodalização e remodelização. In **Tempo, aspecto, modalidade**. Porto: Ponte editora, 1997.

_____. **Dever e poder: um subsistema modal do português**. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 1998.

_____. Enunciação mediatizada e operações cognitivas. In A.S. Silva (org.), **Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Linguística Cognitiva**, Braga, 2001.

_____. A modalidade apreciativa: uma questão teórica. In Oliveira, F. E Duarte, I, M. (org.). **Da Língua e do Discurso**, 2004.

CULIOLI, A. **Rubriques linguistiques de l'Encyclopédie Alpha**, Paris, Grange-Batelière, 1971.

NEVES, J. S. B. **Estudo semântico-enunciativo da modalidade no artigo de opinião**. (Tese de doutorado) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.

POTTIER, B. **Représentations mentales et catégorisations linguistiques**. Paris, Éditions Peeters, 2000.

VALENTIN, H. T. **Um estudo semântico-enunciativo de predicados subjetivos do português**. Dissertação de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2004.

WEINREICH, U. Pesquisas em teoria semântica. In: **A semântica na lingüística moderna: o léxico**. Seleção, introdução e revisão técnica de Lúcia Maria Pinheiro Lobato, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1977